

- POLONOROESTE -

fundação instituto de pesquisas econômicas

**TERCEIRO RELATÓRIO DE VISITA À
ÁREA INDÍGENA ZORÓ**

(OS Ref. Relatório n.o 3.2.8 - 1986/1987)

ROBERTO GAMBINI

AGOSTO - 1987

POLONOROESTE
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

TERCEIRO RELATÓRIO DE VISITA À ÁREA INDÍGENA ZORÓ

(OS Ref. Relatório nº 3.2.8.-1986/1987)

Roberto Gambini

*Para Fany e Set
com um abraço
R. Gambini*

AGOSTO 1987

ÍNDICE

I. A Atual Conjuntura	03
1. Os Fatos Mais importantes	03
2. A Primeira Ida do Cacique Paiô a Cuiabá	06
3. Segunda Volta a Cuiabá	09
4. Pela Terceira Vez na Cidade	15
5. Em Cuiabá Pela Quarta Vez	16
II. A Vida na Aldeia	17
População e Habitação	18
Saúde	20
Economia	21
Religião	22
Ponderações Finais	24
III. Recomendações e Medidas Urgentes	25
Referências Bibliográficas	29
Relações de Documentos	31
Anexo	32
Aldeia Zorô - Distribuição dos Habitantes por Moradia	33

TERCEIRO RELATÓRIO DE VISITA À ÁREA INDÍGENA ZORÓROBERTO GAMBINI

Agosto de 1987

Decorridos três anos desde nossa última visita (julho de 1984), temos agora ocasião de retornar à aldeia e acompanhar de perto o que já pode ser chamado de "questão Zoró". Esse intervalo de tempo nos permite observar claramente as mudanças e as tendências indicativas do provável rumo que a comunidade Zoró se vê forçada a seguir por força de acontecimentos que de muito escapam a seu controle.

Se em 1983 descrevíamos aspectos da vida tribal já afetados pelo rápido processo de ocupação desordenada da região, em 1984 já alertávamos as instituições responsáveis pelo grave prejuízo representado pela invasão da porção Sul e Sudeste da área Zoró. Naquele ano, ou por tolerância, em 1985, já havia elementos suficientes (relatórios, mapas, levantamentos fundiários, verbas, instrumentos legais, esquemas administrativos) para que o foco central da questão fosse combatido em escala facilmente manejável. Hoje, como veremos, o problema assumiu dimensões assustadoras: mais de um terço do território invadido. Se em 1984 apontava-se a existência de 66 famílias de posseiros, hoje correm notícias de que há no local pelo menos 2.000 pessoas. Criou-se rapidamente um aglomerado urbano, que recebeu a denominação de Paraíso da Serra, em plena área indígena Zoró, acobertado por um decreto abertamente inconstitucional por parte do governo de Mato Grosso. Os posseiros se organizam, elegem representantes e passam a solicitar medidas judiciais para proteção de seus supostos direitos, reivindicando a "liberação" de 120.000 ha do território Zoró. O passar do tempo, alimentado pela inércia dos órgãos que deveriam a

gir, criou isso: uma celeuma, um foco de tensão social, um assunto para a imprensa, uma sequência de fatos administrativos ; propostas, reuniões, geração de documentos - continuando o problema concreto irresolvido e agravado, em constante crescimento.

Este terceiro relatório é pois o estudo de uma situação de conflito totalmente deflagrado.

Nosso encontro com os Zoró, desta vez, ocorreu em Cuiabá mesmo (08.07.87). O cacique Paiô, e mais seis guerreiros e aliados Gavião e Arara estavam pela quarta vez na Capital do estado para reuniões na FUNAI e no INCRA, com larga cobertura da imprensa. Dessa cidade, tendo ouvido apenas promessas, rumaram para Ji-Paraná para se juntarem a 12 outros membros da comunidade em tratamento de tuberculose. É provável que o próprio cacique esteja contaminado. De lá, viajamos juntos de avião para a aldeia, onde permanecemos de 15 a 31 de julho. O novo chefe, Zeca de tal, designado para substituir Catarino Sebirop, que apesar de parente do cacique acabou por perder sua confiança e foi afastado, não se encontrava na aldeia, pois cuidava de vender a produção de borracha e comprar mercadorias. Presente apenas a ex-auxiliar de enfermagem Eliane dos Santos Silva, que apesar de não mais receber um salário da FUNAI continua a atender aos índios em virtude de seu casamento com um Zoró - foi aceita e faz parte da comunidade, por já ter um filho de pai Zoró.

Como já é de praxe, o rádio estava quebrado e não havia comunicação de espécie alguma.

Vamos proceder da seguinte forma: numa primeira parte, faremos uma análise dos principais eventos ocorridos entre 1985 e a presente data, para termos uma visão da conjuntura. Numa se-

gunda, retomaremos os vários aspectos da vida na aldeia, comparando-os com os apontamentos feitos por ocasião das visitas anteriores. Deixaremos para o final um lista de recomendações que julgamos adequadas para sanar os vários problemas examinados neste relatório.

I. A Atual Conjuntura

Já é possível, hoje, historiar fatos com alguma precisão, pois além da equipe de avaliação do POLONOROESTE (Mindlin, 1987; Junqueira, 1986; Leonel, 1985 e Gambini, 1983-85) e dos antropólogos da Universidade de Montreal que pesquisam a área (Brunelli e Cloutier, 1986), outros pesquisadores (Silva, 1986; Hargreaves, 1986), e instituições (CIMI-OPAN) passaram a produzir registros e avaliações, além do material da imprensa.

1. Os Fatos Mais Importantes

Durante os cinco anos de permanência na chefia do Posto de Natalício da Silva Maia, os Zoró viveram a mesma rotina de trabalho organizado na roça coletiva de segunda a sexta-feira para produção de excedente, caça e perambulação restrita aos sábados e isolamento. O único contato com o mundo externo dava-se nas idas à fazenda Castanhal ou quando alguém, doente, era transportado a Ji-Paraná ou Porto Velho. Esse foi sendo o aprendizado da cidade e do comércio de compra e venda. Muitas vezes, alguém ia e voltava no mesmo sábado à fazenda para comprar uma rede, açúcar, pilhas, etc, com o pouco dinheiro obtido pela venda de artesanato, pelas mãos do chefe do Posto, em Porto Velho. Outras, ele próprio organizava o deslocamento dos homens até a beira do rio Branco para trazerem nos ombros, por exemplo, tábuas para a construção das duas casas que foram feitas na Al-

deia. Como apontamos já em 1984, seja como trabalhador forçado, ou carregador de carga (hoje há no Posto 4 mulas para substituí-los), os Zoró foram impedidos de exercerem livremente sua atividade tradicional de caçadores, em contato íntimo com o território.

A consequência disso é que seu território foi sendo invadido sem que disso tivessem conhecimento. Quando foram alertados, em 1984, a situação já era um fato consumado. A primeira reação da FUNAI morreu na fonte: em rápida passagem pela aldeia, A poena Meireles, então chefe da delegacia em Porto Velho, instruiu o chefe do Posto a dirigir-se ao local e fechar a estrada aberta pelo condomínio Lunardelli. A ordem foi ignorada e os índios foram mantidos em seus afazeres nas roças e derrubadas.

Em agosto de 1985, tendo topado durante uma caçada com uma picada aberta por invasores, os Zoró se alarmam e resolvem ir ao local para expulsarem os brancos. É de se supor que os Zoró não tinham elementos para avaliar por completo a extensão do problema e que só poderiam enfrentá-lo muito parcialmente. Os Zoró agiram segundo os seus princípios tradicionais de guerra - como possivelmente faziam em seu secular conflito com os Suruí: capturaram 3 reféns, que lhes dariam condições de negociar. Esse ato de guerra, que expressava um imemorial direito de defesa territorial e em momento algum atravessou os limites da violência indiscriminada (os reféns nada sofreram), foi flagrantemente mal-interpretado pelos representantes da FUNAI, que convenceram os Zoró a soltarem seus presos em troca da promessa de que a questão seria resolvida da forma "certa". Não foi até agora. Seu gesto guerreiro foi desmoralizado. O órgão tutor pede espera, confiança, compreensão e paciência. Os Zoró atendem - e como bem dizem Brunelli e Cloutier, que presenciaram tais fatos, nesse momento são eles claramente os reféns da FUNAI (1987, p.301).

É preciso que fique bem claro que nesse episódio os Zoró agiram com enorme espírito de paciência e compreensão, com auto-controle emocional, e que deram seu voto de confiança à FUNAI.

Esse é o aspecto sutil da questão. Esse voto está quase extinto hoje, porque a FUNAI e demais órgãos competentes (MIRAD, INCRA, IBDF, polícias federal e militar) não agiram e hoje a invasão é de centenas de pessoas. Será que a FUNAI não se preocupa com isso, com o fato de sua palavra perder credibilidade? Porque a realidade dos fatos é essa: os Zoró aceitaram, em 1978, o aldeamento proposto, trabalharam o quanto lhes foi mandado, comportaram-se, foram internalizando a noção de que há um órgão que os protege, que há um tutor paternal que cuida de sua inferioridade - e quando chegam ao seu limite, o tutor os engana e frustra.

Passa-se um ano. Os grupos econômicos que estão por trás dos grileiros organizam e fortalecem seus lobbies parlamentares. Os invasores constituem advogado para representá-los. A ação da FUNAI consiste em levantar dados fundiários (cadastro dos posseiros) e montar uma frágil fronteira na estrada. A equipe de avaliação do POLONOROESTE verifica in loco a gravidade da questão em maio de 1986. O grupo interministerial (decreto nº 88.118/83) sistematicamente posterga a decisão sobre o problema, que lhe fora encaminhado em março de 1985 (memo 13 - coord. GT/85). Inês Hargreaves relata que os diretores da CANORPA "informaram que iriam trazer 100 famílias do Paraná e se mostraram confiantes nas ações que praticam, haja visto contatos e gestos efetuados em Brasília" (1986, p.4).

Em agosto de 1986, a situação é exposta em toda a sua complexidade numa denúncia completamente documentada elaborada pela OPAN-Equipe indigenista da Diocese de Ji-Paraná: A situação atual das terras dos índios Cinta-Larga e Zoró-Aripuanã. O estudo é enviado, em conjunto com o CIMI, FIPE/avaliação POLONOROESTE, UNI e lideranças indígenas a todos os órgãos competentes. Não se pode mais em absoluto alegar desconhecimento dos fatos.

A partir de agosto até as eleições em novembro configura-se nova crise. Nesse mês a FUNAI passa por uma reforma administrativa, pela qual os Zoró deixam de ser atendidos por Porto Velho e passam a integrar o Parque do Aripuanã, subordinado a Cuiabá. Sem entrar no mérito da questão, isso significou, para

os Zoró, a quebra de seu relacionamento com o ex-delegado Amaury Vieira, em quem confiavam e de quem esperavam uma resposta desde a liberação de seus 3 reféns. A partir de então, já não sabem quem é seu interlocutor e são forçados a um indesejável contato com seus tradicionais inimigos Suruí na Casa do Índio de Riozinho e na administração Regional de Cacoal.

A invasão prossegue: linha de ônibus pela estrada, picadas e derrubada de madeira de ambos os lados da mesma, implantação de serrarias, contínua entrada de gente, tratores, moto-serras. Os Zoró sabem o que está ocorrendo, se revoltam porque nada foi cumprido e começam a se preparar para uma incursão guerreira. O antropólogo Márcio Silva esteve na aldeia em setembro e elaborou uma "cronologia de guerra" (1986 B). O chefe do Posto convence os índios a não atacarem, prometendo levá-los a Cuiabá para conversarem. Os índios ficam sabendo que suas terras só estão delimitadas, e não demarcadas, e que não podem mais contar com a ação de Porto Velho. O chefe do Posto, num gesto retórico sem sentido (pois envia um radiograma exatamente a Porto Velho) relata a gravidade da situação e pede a retirada dos invasores.

2. A Primeira Ida do Cacique Paiô a Cuiabá

Pela primeira vez, acompanhado pelo chefe do Posto e o antropólogo Márcio Silva, o cacique Paiô e alguns companheiros dirigem-se diretamente às agências do poder, primeiro Ji-Paraná e Riozinho e depois Cuiabá, para expor o problema. Relata o cacique que há muita invasão e ninguém faz nada; como sua terra não está demarcada, vão resolver por conta própria; diz que há brancos a pouca distância da maloca; que não quer saber do Parque, quer ficar ligado a Porto Velho; quer que Porto Velho faça a demarcação; que não está brincando, nem mentindo (Silva, 1986 D). O encarregado em Riozinho limita-se a mandar um radiograma a

Cuiabá, atestando com isso que não pode ou não quer agir. Enquanto isso, a FUNAI declara na imprensa que entre os Zoró está tudo calmo (Estado de Mato Grosso, 13.9 e 26.9).

Em Cuiabá, os Zoró e seus aliados Cinta-Larga, Arara e Gavião reúnem-se com o superintendente. Segundo consta da ata dessa reunião (doc. 1), os índios tinham ido lá para saberem que providências a FUNAI estava tomando. O superintendente diz que mandou um grupo de trabalho fazer um levantamento dos colonos (em 1984 igual levantamento já fora feito, o problema era menor e não houve ação) e que no mesmo dia ia se reunir com a Polícia Militar do Estado, com o INCRA, INTERMAT e IBDF. O cacique Paiô lembrou que a FUNAI já sabia da gravidade da situação; disse que queria uma definição clara quanto à retirada dos invasores e avisou que estava pronto para defender suas terras mas que gostaria de evitar mortes. O superintendente tenta acalmá-lo, mostrando uma notificação expedida pela ADR de Cacoal para que os posseiros abandonem a área, respondendo o cacique que não entende de papéis (20 dias mais tarde, ele dirá que não acredita mais em papéis), lembrando a necessidade de colocar um posto de vigilância na estrada. O superintendente repete que o Governo está agindo para retirar os invasores, que esse posto será construído. Ocorre então um fato de extrema importância: o cacique Paiô entrega ao Superintendente um calendário Zoró - uma folha de babaçu com 21 recortes - pelo qual estipulava um prazo de 21 dias para o início da ação, caso contrário agiria por sua conta. São também feitas outras reivindicações (chefe de Posto, professor, enfermeira, casa do índio em Ji-Paraná, animais de carga). No fim da reunião é apresentado aos índios um coronel da PM, que promete ir pessoalmente à área do conflito (o que ocorre em 01.10.86). Os índios voltam para casa, esperando, confiando.

O que a FUNAI fez com esse prazo? Depois da visita da Polícia Militar e do administrador em Cacoal à área, realiza-se nova reunião (03.10.86) entre FUNAI, Polícia Federal e Militar de Mato Grosso, IBDF, INCRA e INTERMAT para dar início à "operação

Zoró". O objetivo é entrosar os vários órgãos numa ação conjunta para sustar invasões, apreender madeira, fechar serrarias, cancelar cadastros e levantar o número de posseiros. Não se cogitava de retirar os invasores. A força armada estaria presente apenas para dar segurança aos técnicos ali presentes e só ali permanecem de fato por uma semana, pois os colonos, liderados por Américo Menotti, obtiveram o apoio do governador do Estado, em período pré-eleitoral, resultando disso a rápida retirada do contingente.

O prazo de 21 dias corria. Nessa reunião, todos os dados sobre a situação são postos sobre a mesa:

- 1) 70 km de estrada e 80 km de ramificações;
- 2) 450 famílias com posse (esse dado é inverídico; as poses são em número de 173);
- 3) 280 pessoas cadastradas no INCRA de Cuiabá;
- 4) 235 posseiros sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã;
- 5) 4 licenças de desmate dadas pelo IBDF;
- 6) 120 posseiros como produtores rurais;
- 7) 1 posto fiscal da Secretaria da Fazenda-MT;
- 8) 2 escolas;
- 9) 20.000 desmatados;
- 10) uma vila, em implantação (Paraiso da Serra);
- 11) 2 linhas de ônibus ligando esta a Espigão do Oeste e Cacoal;
- 12) Uma cooperativa - CANORPA - para assentamento de famílias do sul do país numa área de 25.000 ha;
- 13) população de 2.000 a 2.500 pessoas (Ata da segunda reunião sobre a Área Indígena Zoró, pg. 2) (dado não confirmado por participantes da própria reunião).

O representante do IBDF demonstra que só nessa reunião se dava conta de que as licenças de desmate incidiam em área indígena. O representante do INCRA exime o órgão da responsabilidade de agir, alegando que a área é da jurisdição do INTERMAT e declara que ele próprio, prestando serviços ao grupo Lunardelli,

foi quem abriu a estrada. Para ele, o fato de haver posses com títulos do INTERMAT caracterizaria uma situação legal. O representante do INTERMAT, que participara dos levantamentos de 1984 e 1985, pergunta se a FUNAI não podia ceder parte da área indígena aos colonos (o advogado dos posseiros reivindica 120.000 ha). A esta altura fica claro que não há convergência de interesses entre esses órgãos, cuja suposta "ação conjunta" daria solução ao problema.

3. Segunda Volta a Cuiabá

O prazo de 21 dias dado pelo cacique Paiô (que se encerraria em 17 de outubro) era para que se iniciasse a efetiva retirada dos invasores (e não apenas medidas preliminares e paliativas, como não conceder mais licenças, etc, expostas na Carta 001/PRESI nº 369/86, do presidente da FUNAI aos líderes Zoró). Fica claro que o superintendente em Cuiabá não assumiu de fato essa obrigação. No fim do prazo, as lideranças pela segunda vez se deslocam a Cuiabá.

As serrarias continuavam a cortar madeira (há 50.000 m² de madeira estocada) (Hargreaves, 1986, p. 8). O INCRA não participava da operação. O pessoal estacionado na barreira apenas observava os fatos. As duas linhas de ônibus continuavam a funcionar e caminhos secundários contornando a barreira foram abertos. Em momento algum, nessa reuniões, menciona-se o enorme valor da madeira pertencente aos Zoró que lhes é roubada.

O cacique Paiô se enraivece em sua segunda estadia em Cuiabá para mais uma vez ouvir falar de papéis e promessas e diz segundo a versão do Estado de Mato Grosso de 18.10.87:

"- Vocês pensam que estamos brincando? Se não tirarem logo aquela gente das nossas terras, vamos atacá-los e matar tanto quanto possível. Sabemos que as perdas serão dos dois lados, porém vamos lutar até a morte se necessário para defender o que é nosso". O Diário de Cuiabá (19.10.87) reporta a indignação do

cacique, enquanto a FUNAI pede que os Zoró aguardem solução pacífica: "Já estou velho para acreditar na FUNAI" e o Jornal do Dia (18.10.87): "Não acreditamos mais em papel". Essa mesma edição informa que o advogado dos posseiros (Roberto Kinashita) entrou com uma ação de interdito possessório contra a União, para que a área em conflito permaneça sub-judice. A argumentação dele se apoia na juridicamente viciada Certidão Negativa concedida em 1975 para o condomínio Lunardelli e no fato concreto de haver muita gente na área. Por outro lado, o presidente da Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Mato Grosso - FETAGRI, Edivaldo Silva, declara à imprensa (Barros, 1986): "Tem poucos nos sos lá. A maioria é grileiro. Os posseiros são usados como testa-de-ferro pelos grileiros".

Os dados fundiários que realmente esclarecem a questão começam a vir à tona. Um dos argumentos usados pelos invasores é o de que 430.000 ha é muita terra para pouco índio. Ora, o ex-governador de Mato Grosso, Julio Campos, possui 750.000 ha (Barros, 1986; Malthezo), sem registro no INCRA e sem pagamento de impostos. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã elaborou uma listagem dos 75 latifundiários cadastrados no INCRA. As propriedades têm em média 3.000 ha (não se sabendo sua exata localização) e 95% dos titulares são de São Paulo. Há glebas maiores, de 70.000 ha (Otávio Gonçalves Gomes, de Cuiabá) e de 78.000 ha (Organização Agropecuária Seni S.A. de Maringá-PR) e o latifúndio de 1 milhão de ha da Cotriguaçu Coloniização do Aripuanã (sede em Cascavel-PR). Dentre os não cadastrados no INCRA, além do ex-governador, o prefeito de Aripuanã, José Adalberto da Cunha, detém 25.000 ha; Dante Cortizan 72.000 e a Madeireira Promade 90.000 ha.

Fica claro que há os grupos econômicos cujos nomes não aparecem, em seguida os grileiros e vendedores de glebas e no fim da linha os pequenos posseiros, muitos deles de boa-fé e que, segundo o presidente do Sindicato, admitem a propriedade Zoró da terra e aceitam seu reassentamento pelo INCRA. Nas várias reuniões, fala-se em indenização de benfeitorias; mas não se fala

nos lucros já obtidos com o uso da terra e a venda de toras de madeira dos Zorô.

Depois de sua segunda visita a Cuiabá, os Zorô retornam à aldeia de mãos vazias. A FUNAI negocia um segundo prazo (Hargreaves, 1986, p. 8) no começo de novembro, levando o cacique para ver a barreira. O cacique Paiô pede que a Polícia Federal faça algo, que retire os invasores mais próximos da aldeia. Ocorre então outro fato grave que atesta a disposição de não agir: reunido em Brasília em 05.11.86, o grupo interministerial, incumbido de posicionar-se sobre a questão Zorô, mais uma vez adia a decisão, recorrendo ao mesmo âlibi de sempre, o aguardo das conclusões do levantamento fundiário, a instâncias do MIRAD (Ata da reunião, pag. 3 e 4). Como a FUNAI instasse para que se chegasse a uma decisão, "mesmo que paliativa", decide-se consultar os Ministros. É preciso que se reconheça de uma vez que, a partir do momento em que é redigido, um levantamento desse tipo já é obsoleto, dada a rapidez do processo de invasão, e que não agir é homologar e incentivar esse processo real.

Em fins de novembro, o Coordenador da "operação Zorô" retorna a Cuiabá, tendo passado um mês no local (23.10 a 24.11.86). Em seu relatório, esse coordenador denuncia um conluio entre o agitador Américo Menotti e o representante do INTERMAT, que não se entrosou com a equipe da FUNAI. A mera presença do INCRA no local suscitou um afluxo de pessoal vindo de Espigão do Oeste e Cacoal, em função de rumores de que haveria distribuição de lotes. No dia 15.11.86 houve eleições em Paraíso da Serra, com 3 urnas e 631 eleitores. O citado relatório informa que os agentes da Polícia Federal se negaram a dar cobertura aos funcionários da FUNAI numa pretendida entrada pela área invadida para contactar os invasores mais próximos da aldeia, além de abandonarem a barreira antes da chegada de seus substitutos. (Relatório, doc. 4, pag. 1-3).

Os Zorô, indignados e irritados, começam de novo a se preparar para agir, e a 23.11.86 descobrem novas picadas perto da aldeia (Hargreaves, 1986, p. 9). Os funcionários só tem um canal

de comunicação com Riozinho, que está administrativamente desorganizado e não tem competência para agir. A FUNAI de novo pede paciência e calma até que termine o levantamento fundiário. No dia 01.12.86 os Zoró, ao lado de um grupo onde iam funcionários da FUNAI e agentes da PF, dirigem-se novamente à estrada, onde destroem o acampamento de um colono. Dez dias depois, a 10.12.86, encontram novas picadas, mais ao sul, o que caracteriza um cerco do invasor (Hargreaves, 1986, p. 10) e a existência de um plano territorial bem orientado.

Em 23.12.86 surge o Relatório Técnico sobre o "núcleo 14 de abril", elaborado pela Secretaria de Assuntos Fundiários de Mato Grosso e entregue em janeiro de 1987 ao Ministro do Interior, na presença do representante dos posseiros Américo Minotti, que fez parte da comissão que levantou os dados. Esse relatório é um libelo de defesa da invasão da Área Zoró, alegando que a parte ocupada nunca pertenceu aos índios e que os invasores "representam atualmente uma grande fonte de divisas para o Estado de Mato Grosso" (Relatório Técnico, doc. 7, pag. 5). A área ocupada corresponde a 109.693 hectares. A SEAF acusa a FUNAI de impedir, devido à barreira instalada, a ocupação das posses pelos interessados e a entrada de implementos. Reservou-se, "num ponto estratégico" da área, uma faixa de terra com 157 hectares "destinada a implantação do futuro distrito determinado Paraíso da Serra". (Relatório Técnico, pag. 6). Fica portanto comprovado o planejamento da invasão, acobertado pelo Governo de Mato Grosso. O argumento é que essa área deve ser liberada, pois há possibilidades de desenvolvimento econômico e arrecadação. Há projetos apenas esperando o sinal verde (exatamente de quem?): beneficiamento de café, posto de combustível, agência bancária, mais três serrarias e 18 firmas comerciais. A empresa Eucatur mantém dois ônibus diários ligando a vila a Cacoal e há uma pista de pouso em construção. Diante dessa realidade, argumenta a SEAF, a área deve ser desinterditada pela FUNAI, aí localizando a origem da tensão social. Como se vê, questão é virada pelo avesso. O rela

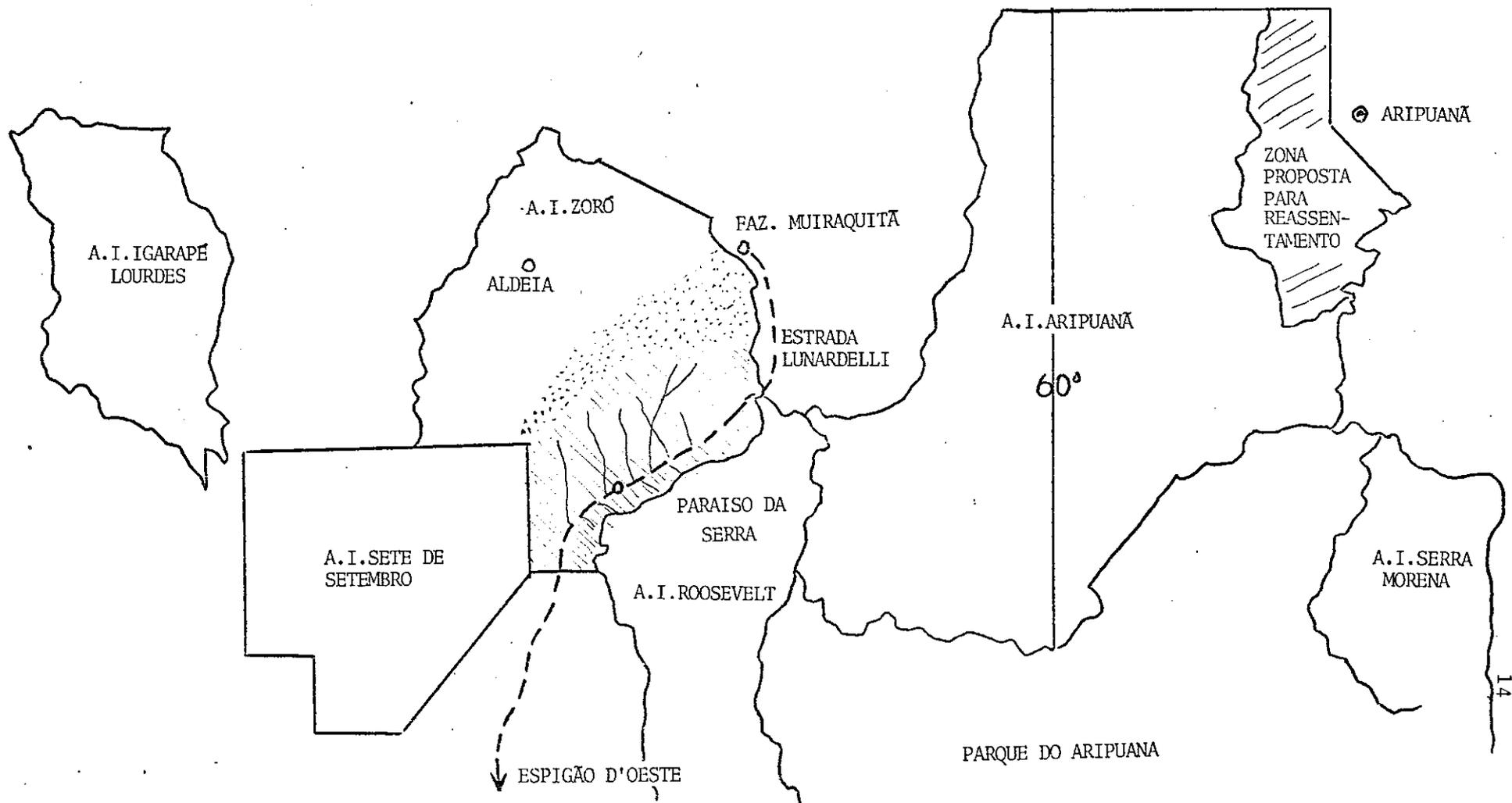
tório refere-se a um "acordo de cavalheiros" entre os Zoró e os invasores, pelo qual estes não ultrapassariam a divisa natural do rio Jacaré. Essa alegação, além de inverídica, é uma afronta às declarações públicas e à dignidade do cacique Paiô.

Examinando esse Relatório, vê-se como os números podem servir para coisas distintas. Se uma equipe da FUNAI constata a presença de 173 famílias de invasores, isso é um indicador da gravidade do problema; para a SEAF, esse mesmo número indica que não há volta para trás, e tais pessoas tem direito à propriedade. No computo geral, é reconhecido o envolvimento de 648 famílias, assim distribuídas: residentes (173), impedidas (165), pretendentes (201), na gleba Ceriulli (85), ausentes (17) e outros títulos (7). A área total loteada é de 150.817 ha, sendo 32.330 pelos residentes efetivos (Relatório Técnico, pg. 10). A Comissão lamenta que essa população não tenha acesso à sede dos municípios de Aripuanã, ficando presa ao Estado de Rondônia. Nas entrelinhas, o que se diz é que se planeja rasgar o Parque do Aripuanã pelo meio para permitir tal acesso. A comissão sugere a liberação de 126.400 ha "destinados ao limite de uma divisão de terras que certamente beneficiarão as partes adversas - Índios Zorós e as famílias de agricultores. (Relatório Técnico, pag.11).

Ficam assim claramente definidos os interesses das partes. É um absurdo que choca os padrões mínimos de justiça ver-se desenvolver um argumento que transforma esbulho possessório em pretensão a direitos adquiridos. A terra indígena vai sendo pouco a pouco tomada e no fim fala-se em "liberação" para se evitar conflito social. É por isso que dizemos que a inércia da FUNAI em demarcar, delimitar, homologar e expulsar invasores (quando ainda eram 66 famílias) acaba-se transformando em estímulo e endosso ao status quo. (hoje são 173). É de se notar que os membros do INCRA, da FUNAI e do STRA não assinaram o relatório, certamente devido à sua deslavada tendenciosidade.

PARQUE DO ARIPUANĂ - 1987

ÁREA INVADIDA NO TERRITÓRIO ZORÓ E ZONA PROPOSTA PARA REASSENTAMENTO



4. Pela Terceira Vez na Cidade

Em março de 1987 o cacique Paiô vai a Brasília encontrar-se com o Ministro do Interior. Infelizmente, não dispomos de dados para acompanhar os eventos significativos desse período. O cacique Paiô nos mostrou dois documentos, que atestam o quanto ele e seus aliados vêm se empenhando em conseguir uma solução para o problema nos moldes institucionais. Em Cuiabá, a liderança do PMDB promove um encontro de lideranças indígenas de Mato Grosso, em 07.03.87, contra a mineração em suas terras; e na mesma data é assinada por 59 índios de diversas nações, uma moção ao Ministro do Interior pressionando o grupo interministerial a encaminhar o decreto da Área Indígena Zoró para aprovação do Presidente da República e reassentar os posseiros pobres fora da área indígena. A FUNAI logra dois tentos: a promulgação do decreto 94.088, de 11.03.87, que declara a Área Zoró como de sua ocupação, e, no dia 13.03.87, a publicação da portaria nº 315/87, que anula a certidão negativa com base na qual montase a pretensão dos invasores. As providências a serem tomadas em seguida são o reassentamento, em outra gleba, dos não-índios residentes na área, a cargo do MIRAD/INCRA e o pagamento de indenizações das benfeitorias úteis e necessárias, implantadas de boa-fé, a cargo do MINTER/FUNAI. Por outro lado, em 09.04.87, é publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso a lei 5.112, criando o Distrito de Paraiso da Serra ao Município de Aripuanã, numa clara reação às medidas federais e ao mesmo tempo como produto natural de um processo planejado e bem respaldado de ocupação de terras. Esta lei é evidentemente inconstitucional, pois não compete ao Estado legislar sobre terras da União - mas de ilegalidade em ilegalidade vai-se consolidando uma situação de fato.

5. Em Cuiabá Pela Quarta Vez

Quando iniciamos nossa viagem de pesquisa, encontramos o cacique Paiô e mais seis companheiros em Cuiabá - esta seria portanto sua quarta visita à cidade. Como o reassentamento ainda não teve início, aos olhos dos Zoró nada foi resolvido. São feitas duas reuniões: uma na FUNAI (09.07.87), e outra no INCRA (10 .07.87), que presenciamos. Pintado de turucum , armado de arco e flecha, com cocar e colares o cacique Paiô, digno e irritado, assim falou ao representante da SEAF: "Já matei muita gente. Se vocês não tirarem seus irmãos de nossas terras, vou matar muitos deles. Todo mundo já prometeu. Eu não sou criança para ficarem me prometendo. Não vim aqui para brincar" (Diário de Cuiabá, 09.07.87). Afirma que apesar da barreira, novos caminhos são feitos e ouve-se na aldeia o barulho das moto-serras. O superintendente dá garantias de que os posseiros serão removidos e reafirma que a área é dos Zoró. No dia seguinte a reunião é no INCRA , cujo superintendente de saída eximiu seu órgão de qualquer responsabilidade e alegou desconhecimento da situação. A FUNAI apresentou uma proposta, que é a única existente e será encaminhada pelo MINTER ao MIRAD.

Pelo que ficou definido, os posseiros deverão ser reassentados numa área interditada pela FUNAI para atração dos Cinta-Larga próxima à cidade de Aripuanã (ver mapa). Alega-se que não há índios nessa área de 99.000 ha e que a demarcação foi feita incluindo uma parte pertencente ao Estado de Mato Grosso. Na ocasião da demarcação da área Cinta-Larga, a FUNAI abriria mão dessa parte para reassentamento dos posseiros. A SEAF concorda com o plano. O cacique Paiô, na reunião, avisou que os Cinta-Larga não vão gostar. Não temos elementos para analisar todas as implicações dessa proposta, mas podemos perguntar o seguinte: seria essa a única terra disponível? Por que não se cogita da gleba Filinto Müller, com 1 milhão de ha, ou dos outros quatro milhões de hectares de áreas devolutas no Estado?

A volta do cacique Paiô para casa, em nossa companhia, e mais uma vez sem uma resposta concreta, nos leva agora à vida na aldeia.

II. A Vida na Aldeia

Observamos desta vez uma situação distinta das anteriores, pois o antigo chefe do Posto Natalício foi transferido e o atual não havia chegado. Entre ambos, a experiência de colocar o chefe índio Catarino Sebirop, Gavião, não deu certo, os Zoró preferem um branco mesmo.

A aldeia sem chefe presente funciona muito bem. Comparado com a situação de 1983-84, hoje os Zoró parecem mais livres, mais donos da casa. Já não mais forçados ao trabalho sistemático em roças e derrubadas, a caça hoje é mais frequente, portanto come-se melhor e o território é explorado com mais intensidade. A vida das mulheres continua a mesma, mas a dos homens melhorou: eles podem escolher por conta própria o que querem fazer a cada dia. Não sabemos, porém, se isso muda com a chegada do novo chefe. A nosso ver, tal constatação deveria servir-lhe de orientação: interferir o mínimo possível na vida tribal.

Na ausência de um chefe de Posto, a autoridade do cacique Paiô fica visivelmente realçada. A maloca onde reside difere das demais habitações porque é a mais frequentada da aldeia. A "comida dos peões" (leite, pela manhã, e no almoço, arroz, feijão e macarrão, fornecidos pela FUNAI), anteriormente preparada e consumida na "cantina", hoje abandonada, passou agora a ser feita e partilhada na maloca do Paiô - ou seja, "indianizou-se" uma prática introduzida na época da atuação. Igualmente, o milho, que antes ficava estocado num paiol, hoje é guardado lá, e as mulheres que precisam vão servir-se lá.

Logo de nossa chegada, os homens começaram a roçar uma porção de terreno já utilizada em anos passados. A empreitada foi discutida em conjunto e ninguém mandava ou controlava o trabalho, quem participava ou não - simplesmente, ele era feito.

População e Habitação

A população Zoró aumentou devido a uma alta taxa de natalidade: de 175 pessoas em 1983, passou para 211. Há alguns Zoró morando com os Gavião, mas não temos informações quanto a seu número. São porém mais aculturados do que os desta aldeia. Há no momento sete gestantes: até o final do ano a população deve ser contada em 218 pessoas (ver em anexo a distribuição dos habitantes por moradia).

Nota-se um padrão geral de esvaziamento das malocas em favor das casas de estilo colono, onde reside apenas uma família nuclear:

	população	em casas	em malocas	Nº casas	Nº malocas
1983	175	98	77	22	5
1984	172	140	32	32	4
1987	211	193	8	42	2

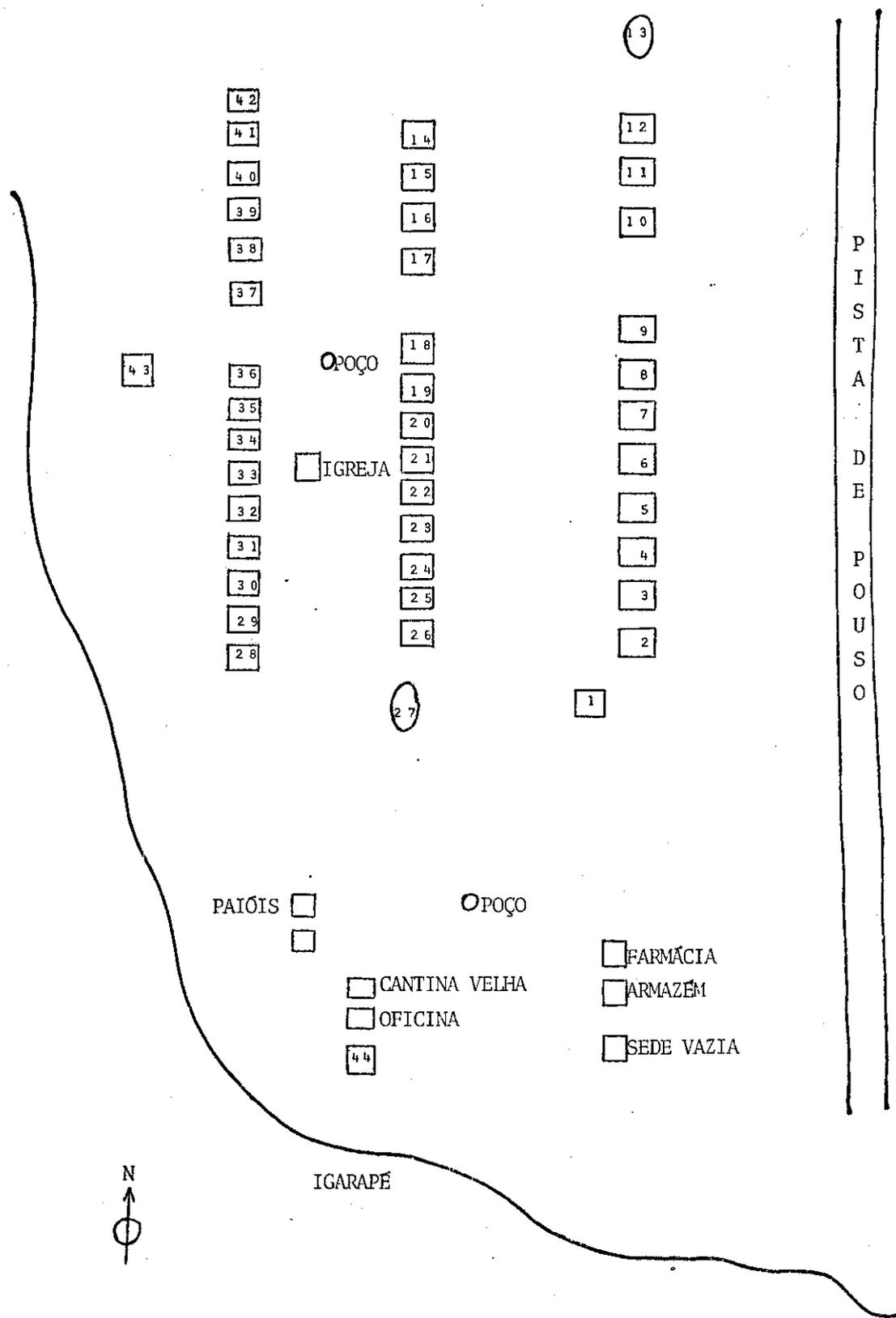
A aldeia se urbaniza. Um dos três "velhos" da tribo, Gongo, aderiu à casa quadrada; sobram apenas as malocas dos outros dois, Paiô e Tibiti, cada uma numa ponta do conjunto. (Ver planta da Aldeia Zoró).

Hoje o traçado da aldeia se compõe de três linhas de casas perfeitamente perfiladas, formando duas largas "avenidas". Esse era o plano habitacional do ex-chefe Natalício, que os Zoró adotaram. As quarenta e duas casas são uniformes, todas com a porta na mesma direção (sul), elevadas do chão, com piso e paredes de paxiúba com portas e janelas (algumas) de madeira, e numeradas. Quase todas as casas possuem uma cozinha em anexo, devido à impossibilidade de se fazer fogo sobre o piso de madeira. Tem-se assim uma habitação dupla: a casa é no estilo de peão de fazenda, a cozinha tem uma atmosfera mais indígena.

O desejo de possuir mercadorias parece reforçado, concentrando-se em três itens básicos: panelas, redes industrializadas

ALDEIA ZORÓ

DISTRIBUIÇÃO DOS HABITANTES POR MORADIA



e roupas e calçados (com os adendos de mosquiteiros, cobertores, etc). Parece que as mulheres não fabricam mais suas panelas de barro.

Esse abandono das tradições, intrigante por ser tão rápido (o contato é de 1978), de um lado deve explicar-se como um fenômeno geral que afeta as populações indígena sob a forma de fascínio na fase inicial do choque cultural, havendo em alguns casos um retrocesso depois de alguma experiência crítica com o "mundo civilizado"; mas no caso específico dos Zoró o fenômeno tem muito a ver com sua conversão ao protestantismo fundamentalista, que neles incutiu uma rejeição das origens e um complexo de inferioridade cultural.

Saúde

Como já mencionado, a atendente de enfermagem teve seu contrato interrompido pela FUNAI mas continua a prestar serviços não remunerados na qualidade de moradora da aldeia devido a seu casamento com um rapaz Zoró, com quem tem um filho. Seus serviços são adequados. Há um razoável estoque de medicamentos na família.

Há certo tempo a aldeia não recebe a visita de médico e dentista. As crianças precisam ser vacinadas. É necessário também vacinar os cachorros da aldeia.

Atualmente, dez pessoas estão com tuberculose, sendo tratadas em Ji-Paraná, onde ficam morando na Casa do Índio, que pertence aos Gavião e Arara. Os Zoró, lá, ficam acampados no quintal, em péssimas condições. Essa casa é um centro de contaminação. Na aldeia, há suspeita de vários casos de tuberculose. Como não é possível evitar o contágio, o único recurso é o tratamento completo de todos os casos e a vacinação. Há também casos de pneumonia, gripe e leishmaniose.

Desde 1984, registrou-se apenas um caso de morte repentina de uma menina de três anos filha de Tibi e Godili, de causa não especificada. A menina foi enterrada na maloca do cacique Paiô.

Os casos de malária surgem após as idas dos índios para as margens do rio Branco, onde construíram cinco casas, ou nos postos de colocação na floresta para coleta de seringa.

Economia

Hoje não há mais os excedentes deterioráveis oriundos das enormes roças planejadas pelo ex-chefe de Posto. Há fartura de alimentos e estoques de arroz e milho compatíveis com o consumo. Como já mencionado, hoje a caça e a pesca são mais abundantes. As grandes áreas derrubadas em 1983-1985 estão em sua maior parte ociosas. Os Zoró simplesmente não se interessam por elas, preferindo agora fazer pequenas derrubadas não na aldeia, mas junto aos pontos onde colhem borracha. Assim hoje o território como um todo é mais bem utilizado. Cada homem se encarrega de uma pequena fração para coleta, onde faz uma casa e uma roça.

A introdução da borracha na economia Zoró é recente, datando do ano passado. Por ocasião de nossa visita, toda a borracha recolhida já havia sido encaminhada, via fazenda Castanhal, a Ji-Paraná para venda. Foram vendidos 6.900 kg a Cz\$ 39,00 o quilo. A venda foi realizada pelo chefe de Posto nomeado, que deverá com o dinheiro obtido comprar armas e roupas. Há a intenção, realizável ou não, de aplicar parte da renda na compra de uma casa para os Zoró em Ji-Paraná.

Os Zoró não tem ainda noção de números, cálculos, pesos e medidas. Há uma balança, que foi transportada até a beira do rio Branco. Mas não sabemos como foi feita a pesagem. Recomendamos que com urgência se inicie o ensino de português e aritmética elementar para que os produtores possam controlar a comercialização e o rendimento de seu trabalho.

Os Zoró ainda não exploram madeira de lei, como já fazem os Suruí, e talvez sigam esse caminho. Ao penetrar na zona invadida, viram milhares de toras no chão, e viajam em caminhões to-reiros da fazenda Castanhal até Ji-Paraná. Certamente eles não

têm um conhecimento preciso do valor da madeira, nem em quanto estão sendo lesados nos cerca de 50.000 m³ de madeira no chão na área invadida, fora a que de lá já saiu e não se pode mais calcular. Como talvez não seja possível evitar que num futuro próximo os Zoró se decidam a vender madeira - o que pode trazer sérias consequências ecológicas - urge prepará-los para que pelo menos saibam medir o valor de seu patrimônio e possam avaliar sua situação em conjunto.

O cacique Paiô parece estar fazendo esse tipo de raciocínio. Em conversa comigo, com intérprete, ele disse o seguinte: que quer abrir a estrada que liga a aldeia à fazenda Castanhal com trator para tráfego de veículos e transporte de pessoas e mercadorias. Quer também uma estrada até a existente na zona invadida, para poder chegar a Espigão d'Oeste. Pensando numa eventual diminuição da caça, ele acharia bom começar a criar gado, como nas fazendas vizinhas, suínos e patos. Quer mais fornecimento de mercadorias pela FUNAI, em troca de todos os trabalhos que fazem no Posto. Quer um jeito de poder vender o artesanato com pagamento acertado. Quer professora.

De uma perspectiva conservacionista, tais idéias pareceriam uma contaminação de valores, mas a realidade é que, enquanto líder responsável pelo bem-estar de sua comunidade, o cacique Paiô expressa um esforço coletivo de adaptar-se a condições reais e não escolhidas. Não foram os Zoró que decidiram encaminhar sua vida para o rumo que vem tomando. Eles vêm se adaptando, em ritmo acelerado, a fatores que escapam de seu controle e pensam, antes de mais nada, em sua sobrevivência.

Religião

Como já apontado nos relatórios anteriores, durante sua permanência no P.I. Lourdes (1979-1981) os Zoró foram convertidos ao protestantismo fundamentalista. Em nossas visitas anteriores, observamos que realizavam quatro cultos no templo da aldeia, às quartas-feiras, sextas-feiras, sábados e domingos.

Hoje os Zoró estão mais fervorosos ainda, pois os cultos são diários. Na verdade há dois serviços religiosos por dia: um pela manhã, ao qual comparecem apenas as mulheres, sem oficiante; e outro à noite, ao qual atende a comunidade inteira. Essa rígida rotina foi mantida durante todo o período de nossa permanência.

Não temos acesso ao que é dito nos cultos e os que falam algum português não se prestam a tocar nesse assunto. O líder religioso chama-se Panderewé. Mesmo sem compreender a língua, pode-se observar que o culto compõem-se de relatos bíblicos, confissões públicas, testemunhas, passes de mão, passes para os doentes e cantos de hinos. Tem-se a impressão de que, à custa de repetição, consolida-se uma ética coletiva a respeito de comportamentos julgados corretos e valores básicos. A noção de pecado deve estar muito elaborada, pois assim como repudiaram suas raízes (bigamia, canto, dança, festas, bebidas, nudez, pinturas corporais, adornos e certamente toda a mitologia), repudiam igualmente o fumo, a bebida e provavelmente certos comportamentos em geral condenados pelas seitas desse tipo.

Por outro lado, essa reunião permanente serve de veículo para transmissão de informações. Ao retornar de Cuiabá, o cacique Paiô, que anteriormente nunca vi visitar o templo, lá foi e falou durante uns quarenta e cinco minutos. Pelas palavras que empregou, deduzi que informava a todos de suas experiências e de seus planos de irem todos expulsar os invasores. Mas não sei até que ponto se pode falar numa conversão do cacique, pois várias noites (fui seu hóspede) ouvi-o cantar e monologar durante a noite num tom de reza de pajé.

Um dos idosos - Tibiti - com tuberculose avançada, foi levado ao templo antes de ser levado de avião a Ji-Paraná. Todos se postaram a seu redor, cantando e estendendo as mãos sobre ele.

Os antropólogos Brunelli e Cloutier (1987), que presenciaram a captura de refêns em 1985, ponderam que os guerreiros responsáveis por tal ato tiveram uma crise de consciência e até

pensaram em ir procurar um pastor em Ji-Paraná que perdoa pecados graves. Na impossibilidade de fazê-lo, submeteram-se a confissão pública no templo da aldeia e pediram perdão por terem sido violentos contra os brancos. Até as mulheres, cujo único ato agressivo consistiu em xingar os reféns, sentiram-se no dever de pedir absolvição por seu ato.

Vê-se assim que, na conjuntura recente de luta pela defesa do território, os Zoró estão vivendo também em conflito ético diante da seguinte situação: ou permanecem passivos para não cometerem o pecado da agressão, correndo o risco de perder para sempre parte de seu território, ou agem segundo a ética guerreira tradicional e incorrem em desgraça espiritual.

Parece-me que a maior frequência dos serviços religiosos funciona como um meio de sublimar a energia bélica, substituindo a inquietação e o ímpeto para agir oriundos desta por um estado de tranquilidade de consciência religiosa. De fato, durante os dias mais tensos do final de 1986 a igreja ficou vazia e os homens, à noite, dançavam em círculos e cantavam segurando arcos e flechas, com adornos na cabeça, modo pelo qual provavelmente se organiza a emoção bélica coletiva. Agora não estão mais dançando, e a igreja fica cheia.

Ponderações Finais

O que vai acontecer com os Zoró? Se os órgãos competentes não agirem com presteza, ainda este ano, para provocar alguma modificação no processo de esbulho possessório e retirar ainda que seja uma parte dos invasores, definindo-se assim um situação de jure e de fato, os Zoró serão empurrados para realizarem sua guerra, com ou sem conflitos religiosos. E por mais que isso ateste a bravura e integridade dessa gente, é preciso que se reconheça que tal fato poderá ter consequências desastrosas. Os Zoró, sem seus aliados, tem cerca de cinquenta homens capazes de lutar, mais da metade sendo muito jovens. Os invasores

são milhares e tem por trás de si os habitantes das cidades vizinhas. Seria uma grave irresponsabilidade permitir que os Zoró se sentissem tão sózinhos que não vissem outro caminho senão a luta. E para isso estãr se preparando.

Caso essa questão encontre alguma solução satisfatória, resta o problema da relação dos Zoró com a economia e a cultura nacionais. Urge iniciar-se um trabalho de revalorização da identidade cultural dos Zoró, de preparo para um trato mínimo com as práticas comerciais e de elucidação do valor de seu patrimônio material e da melhor forma de preservá-lo. Acreditamos serem estas as tarefas essenciais de um chefe de Posto bem orientado.

III. Recomendações e Medidas Urgentes

Em vista dos fatos analisados neste relatório, cuja dinâmica acompanhamos desde 1983, apresentamos as seguintes sugestões, em regime de urgência, para pôr fim ao processo desagregador que afeta a comunidade Zoró. Agradecemos a nosso colega, o antropólogo Mauro Leonel Jr., pela ajuda na elaboração destas propostas.

1. Que a Funai impetre, num prazo máximo de 30 dias, uma ação judicial de reintegração de posse contra as 173 famílias de invasores cadastradas nos dois levantamentos juridicamente válidos.
2. Que essas 173 famílias cadastradas, sobre as quais pode-se ainda ter uma suposição de boa-fé pelo fato de sua ocupação dar-se comprovadamente por um prazo superior a uma ano e um dia, sejam retiradas e reassentadas em outro local.
3. Que os demais invasores, não cadastrados, sejam imediatamente retirados da Área Indígena Zoró, com apoio militar, e aconselhados a se dirigirem ao INCRA e INTERMAT. Essas inva

sões são recentes, comprovadamente de má fé, posteriores à instalação de uma barreira pela FUNAI.

4. Muito embora a legislação em vigor não reconheça direitos ao intruso em áreas indígenas, podem o INCRA e o MIRAD, por razões sociais, aplicarem fundos já alocados para reassentar os invasores considerados desfavorecidos conforme o programa da Reforma Agrária.
5. Que a FUNAI e a Polícia Militar, em ação conjunta, de fato interditem a estrada que corta a Área Indígena Zoró e imponham, tanto na referida estrada como em suas ramificações, uma presença policial suficientemente dissuasora de novas invasões.
6. Que a Polícia Militar, dentro de suas atribuições, promova o fechamento das serrarias atuantes dentro da área invadida, impeça a retirada de madeira e a continuação das derrubadas, e apreenda judicialmente tratores, caminhões toreiros, moto-serras e demais equipamentos usados na exploração ilegal de madeira na Área Indígena Zoró.
7. Que a FUNAI, em ação conjunta com o IBDF, promova a apreensão e venda em hasta pública da madeira estocada no interior da Área Indígena Zoró (cerca de 50.000m³), fazendo com que os recursos provenientes dessa operação revertam para a comunidade Zoró.
8. Que a FUNAI, em ação conjunta com o IBDF e a Polícia Militar, estabeleça postos permanentes de vigilância nos pontos de entrada e saída da estrada na Área Indígena Zoró.
9. Utilização dos serviços do helicóptero colocado pelo Programa Polonoroeste à disposição da Polícia Militar de Mato Grosso para a efetiva fiscalização de derrubadas ou novas inva-

sões na referida estrada.

10. Que a SUDECO oficie ao Governo de Mato Grosso para impedir que órgãos públicos ou particulares recebam autorização para instalar pistas de pouso, postos fiscais, agências bancárias, linhas de ônibus, estabelecimentos comerciais, etc, na área invadida.
11. Por ação conjunta da FUNAI-INCRA-IBDF-INTERMAT e Polícia Federal, cassação da concessão de funcionamento das linhas de ônibus operadas pela empresa Eucatur, ligando Cacoal e Espigão do Oeste à Vila de Paraíso da Serra, no interior da Área Indígena Zoró.
12. Desativação imediata da Vila de Paraíso da Serra e anulação da lei 5.112, de 09.04.87 do Governo de Mato Grosso, que cria o distrito do mesmo nome no interior da Área Indígena Zoró, devido à sua flagrante inconstitucionalidade, e antes que a situação chegue a um ponto de não-retorno.
13. Fortalecimento do departamento jurídico da FUNAI, eventualmente via consultores externos, para agilizar a defesa dos processos em curso e impetrar novos, tendo em vista a ocorrência de perda de prazos legais, já em duas ocasiões. Recomendamos a colaboração da jurista Dra. Eunice Paiva, autora de um parecer jurídico sobre a Área Zoró.
14. Criação, pela FUNAI, de um núcleo de apoio para os Zoró em Ji-Paraná, com serviços de saúde, internação de doentes e, separadamente, hospedagem de índios sadios em trânsito pela cidade para operações comerciais.
15. Formalização, pela FUNAI, de um convênio de prestação de serviços médicos para os índios Zoró com a Secretaria de Saúde de Rondônia e a Fundação CESP (Centro de Saúde Pública), do

Ministério do Interior, em Ji-Paraná.

16. Deflagração imediata, pela FUNAI e órgãos conveniados, de tratamento e prevenção de tuberculose.
17. Criação de um mecanismo, pela FUNAI, para venda de artesanato e produção extrativa dos Zoró, com fixação de preços compatíveis com o mercado, proibição da arrecadação de impostos e garantia de retorno dos proventos aos proprietários dos produtos.
18. Manutenção da equipe mínima da FUNAI na Aldeia Zoró - chefe de posto, enfermeira e professora; manutenção permanente da radio-comunicação.
19. Início imediato de um programa de ensino da língua portuguesa e de elementos de aritmética necessários para a comercialização de produtos dos Zoró.
20. Saldo imediato da dívida acumulada que a FUNAI tem com o piloto João Sedlasec, de Ji-Paraná, único profissional atuante na área, que se recusa a realizar vôos enquanto não receber o que lhe é devido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARROS, Claudete
1986 - "Guerra na Amazônia", *Jornal do Dia*, Cuiabá, 26 de
outro de 1986.
2. BRUNELLI, Giglio
1986 - "Warfare in Polonoeste", *Cultural Survival Quar-*
terly, 10, pags. 37-40.
3. BRUNELLI, Giglio e CLOUTIER, Sophie
1986 - "Zorós et Colons: encore une guerre em Amazonie"
Recherches Amérindiennes au Québec, XVI, pags. 152-156.
1987 - "Os Zoró e os 'Yara' invasores", *Povos Indígenas do*
Brasil 85/86, CEDI, São Paulo, pags. 299-301.
4. EQUIPE de Pastoral Indigenista da Diocese de Ji-Paraná
1986 - A situação atual das terras dos índios Cinta Larga
e Zoró, Brasília, datilo., 33 pags., inclui documentos.
5. FUNAI - Luiz Antonio de Araujo, coordenador
1984 - Relatório de vistoria da Área Indígena Zoró. Cuiabá,
10 pags., anexos.
6. GAMBINI, Roberto
1983 - Relatório de visita à Frente de Atração Zoró. São
Paulo, FIPE/USP, 34 pags.
1984 - Segundo relatório de visita à Frente de Atração Zo-
ró. São Paulo, FIPE/USP, 31 pags.
1984 - Relatório de identificação da Área Indígena Zoró.
São Paulo, 24 pags. Documento preparado para a FUNAI.
1985 - "O que aprendi entre os Zoró". *Viver - Revista de*
Psicologia, nº 3, 5 pags.
7. HARGREAVES, Maria Inês
1986 - Acompanhamento da questão Zoró. Datilo., 13 pags.
8. JUNQUEIRA, Carmem e MINDLIN, Betty
1986 - Parque do Aripuanã - Relatório de Avaliação. Polono
roeste/FIPE, São Paulo, 53 pags., anexos.

9. LEONEL JR., Mauro, GAMBINI, Roberto, MINDLIN, Betty e JUN-
QUEIRA, Carmen
1985 - Parecer sobre a Área Indígena Zoró. São Paulo, 6 pg.
anexos.
10. MINDLIN, Betty
1987 - Polonoroeste/1985. *Povos Indígenas do Brasil 85/86*,
Aconteceu Especial 17, São Paulo, CEDI, pags. 71-73.
11. PAIVA, Eunice
1986 - Parecer jurídico sobre a Área Indígena Zoró. São
Paulo, FIPE/USP, 39 pags., anexos.
12. PORANTIM
1987 - Edição de abril, ano IX, nº 97, pag. 7.
13. SILVA, Márcio
1986 A - Os Zoró e o contato com a sociedade brasileira.
Ji-Paraná, datilo., 7 pags.
1986 B - Os índios Zoró preparam-se para a guerra. Datilo.
4 pags.
1986 C - Algumas informações sobre os Zoró. Cuiabá, datilo.
2 pags.
1986 D - Carta de Cuiabá, 09.09.86, manusc.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. Ata de reunião ocorrida aos 26.09.86, entre os líderes Zoró, Cinta Larga, Arara, Gavião e o senhor Superintendente da Segunda SUER.
2. Carta do Presidente da FUNAI aos líderes da Comunidade Indígena Zoró, nº 369/86, Brasília, 13.10.86.
3. Ata da segunda reunião sobre a Área Indígena Zoró, ocorrida na sede da Segunda SUER, aos três dias do mês de outubro de 1986.
4. Relatório do Assessor II ao Superintendente da Segunda SUER. Cuiabá, 28.11.86.
5. Memória da reunião realizada em 24.10.86 na Secretaria de Assuntos Fundiários - MT, relativa aos posseiros do núcleo 14 de abril.
6. Ata da reunião do grupo interministerial GT.88.118/83, ocorrida em Brasília em 05.11.86.
7. Relatório Técnico da Secretaria de Assuntos Fundiários de Mato Grosso sobre o conflito existente entre os índios Zorós e as famílias residentes no núcleo denominado "14 de abril". Cuiabá, 23.12.86.
8. Parecer nº 136/86 do Grupo Interministerial referente à Área Indígena Aripuanã, de 05.11.86.
9. Decreto nº 94.088, de 11.03.87 - declara de ocupação dos indígenas Zoró área de terras no Município de Aripuanã.
10. Posição dos líderes indígenas de Mato Grosso com relação à mineração em áreas indígenas. Cuiabá, 07.03.87.
11. Moção ao Ministro do Interior, assinada pelas lideranças indígenas. Cuiabá, 07.03.87.
12. Lei 5.112, de 09.04.87, do Governo do Estado de Mato Grosso. Cria o Distrito de Paraíso da Serra no Município de Aripuanã.
13. Lista de latifundiários cadastrados no INCRA no município de Aripuanã. Elaborada por João Malthezo, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Aripuanã, s/data.

A N E X O

ALDEIA ZORÓ - DISTRIBUIÇÃO DOS HABITANTES POR MORADIA - 1987

1. Pepui (H, 40) (esposa e filhos)
 - Tibuia (M, 38)
 - Baianzap (H, 16)
 - Cainhã-cainhão (M, 13)
 - Cainhanzap (H, 10)
 - Irene (M, 7) 6

2. Panderewé (Comprido) (H, 38)
 - Daoari (M, 30) grávida
 - Mapotsân (M, 13)
 - Ticopera-ãe (M, 8)
 - Távolo (M, 3)
 - Watseliwá (m, 55) (mãe dele)
 - Mãidjap (H, 17) (irmão dele) 7

3. Kuipkirikir (Chico) (H, 30)
 - Macarera (M, 25)
 - Béwi (H, 11)
 - Papatiribi (H, 8)
 - Roberto (H, 5)
 - Zawandô (H, 1,3)
 - Wandsêtkira (M, 75) (mãe dele, mora na cozinha) 7

4. Zawewô (Antonio) (H, 38)
 - Pangalia (M, 30) grávida
 - Pogotsérek (Tomate) (H, 15)
 - Iwandô (H, 7) 4

5. Gatchôr (H, 25)
 - Ircôm (M, 20) grávida
 - Marília (M, 8) (anormal)
 - Rita (M, 6) 4

6. Tchiwitsep (José) (H, 25)
 Tanantchur (M, 20) grávida
 Undekáwa (M, 8)
 Captabai-abã (M, 4) 4
7. Toatchôr (Manoel) (H, 28)
 Compotchur (M, 30)
 Tipoangap (H, 7)
 Mandzapu (Manelito) (H, 6)
 Cawaô (Mercedes) (M, 4) 5
8. Pânia (Paxiubinha) (H, 30)
 Tipatchin (M, 28)
 Amborã (M, 10)
 Capalalã (M, 7)
 Ponowân (M, 0,8) 5
9. Tchinambê (Paulo Sérgio) (H, 20)
 Beaicôr (M, 20)
 Tchipetsulip (M, 4)
 Cãlin (M, 3) 4
10. Bagabê ou Porena (Socô) (H, 40)
 Anda-áp (M, 38)
 Bi-ã (H, 7) 3
11. Chorur (João Grande) (H, 40)
 Pabibui (M, 45)
 Zarûp (H, 14) 3
12. Zapti (Jacaré) (H, 40)
 Tchiwit-cã (M, 45)
 Cunhaô (Cunhado) (H, 15) 3

13. Tibiti (Carequinha) (H, 80) Maloca
 Sepui (M, 70)
 Dederûp (M, 30) (anormal, braço defeituoso) 3
14. Becoro (Macarrão) (H, 20)
 Awâp (M, 18)
 Capcaiã (H, 3)
 Pa-ûp (M, 50) (mãe dele, mora na cozinha) 4
15. Dabir (Benamor) (H, 30) duas famílias juntas
 Zarcãi (M, 25)
 Embutsân (H, 11)
 Tchiperapiwa (M, 8)
 Zawandô (h, 0,5)
Potsanzâp (Cebola) (H, 25)
 Darcawa (M, 15) 7
16. Djapcawa (Jabã) (H, 25)
 Tapoandô (Maria) (M, 20)
 Catsantabai (H, 4)
 Tsabecâni (M, 3)
 Cawenanân (H, 0,7)
 Cawô (M, 50) (mãe dela) 6
17. Piricâp (Xará) (H, 14)
 Cangan (M, 60) (Mãe dele)
 Tchaiûp (H, 10) (irmão dele) 3
18. Canzâp (Português) (H, 60)
 Cantur (M, 50)
 Pawepicawa (H, 10)
Patsawir (H,30) (mora junto por ser viúvo)
 Apep (M, 11) (sua filha) 5

19. Djagadjaga (H, 40)
 Māitchui (M, 38)
 Cuicâp (M, 14) 3
20. Baitserêc (Chico Preto) (H, 17)
 Tchiwisep (M, 30)
 Sara (M, 0,3) 3
21. Tipiaô (H, 26)
 Boitiguir (M, 26)
 Tiandô (M, 10)
 Ma-âp (H, 4)
 s/nome (M, 0,4) 5
22. Iptin (Capixaba) (H, 30)
 Baiangiûp (M, 25) (grávida)
 Botsaptap (M, 13)
 Tsabiricûp (M, 10)
 Natal (H, 5)
 Tichibinan (H, 4) 6
23. Matchianzâp (Cobra) (H, 40)
 Dibé (M, 39)
 Waratân (H, 16)
 Tsebai (M, 13)
 Sapetsûn (M, 10)
 Roberto (H, 5) 6
24. Sagapoga (H, 40)
 Mambê-ir (M, 38)
 Adotsêp (Serrapilha) (H, 17)
 Tseptagap (M, 13)
 Tsabê-tapir (M, 5)
 Tserêctsôn (H, 0,4)
 Atíg (Mamãe Cotia) (M, 60) (mãe dele, mora na cozinha)
 Pogo-abá (H, 17) (mora na cozinha) 8

25. Pabitiga (Salsicha) (H, 20)
 Capecâp (Rosa) (M, 18)
 Canhendjur (H, 3)
 Porogabandjur (H, 0,4) 4
26. Tapé-abír (Alicate) (H, 40)
 Aptin (m, 40) 2
27. Paiô (H,65) Maloca
 Manzulûp (M, 65)
 Panzelewã (M, 55)
 Iterandô (H, 11)
 Tchambi (H, 11) 5
28. Pewandjur (Cunhado) (H, 20)
 Chiquita (Cinta Larga) (M, 17)
 Maria (M, 25)
 Aparecida (M, 30)
 Hugo (H, 10)
 Enoc (H, 7)
 Arnaldo (H, 5) 7
29. Nhunô (Arara) (H, 40)
 Acapãwa (M, 25) grávida
 Djaparara (H, 13)
 Tchicuenzáp (H, 10)
 Undipîp (M, 7) 5
30. Pandereô (Humberto) (H, 16)
 Eliane (M, 21)
 Samuel (H, 0,4)
 cedeu a casa para os solteiros, e mora com
 mulher e filho na Farmácia.
 Bedorau (H, 15) (órfão)
 Tchopirûp (H, 15) (órfão) 5

31. Pogowâp (Tatu) (H, 60)

Botiri (M, 30)

Marcio (H, 0,7)

Carla (M, 30)

Iracema (M, 10)

Almir (H, 7)

Boandzei (H, 3)

7

32. Kira (H, 30)

Calianzâp (M, 30)

Zarcopêp (H, 10)

Gopân (M, 5)

Tsambikir (M, 1,2)

5

33. Dzeregab ou Gopân (Poraquê)

Tsambikir (M, 30)

Tchinepucuicâp (H, 10)

Tsambipui (H, 5)

Américo (H, 4)

Susana (M, 0,6)

6

34. Zan (H, 20)

Baibira (M, 20) grávida

Niandô (H, 4)

3

35. Zaap-ã (Ariranha) (H, 30)

Tupirankir (M, 30)

Pecawô (H, 14)

Awô (H, 11)

Tchicutchi-in (H, 11)

Apoena (H, 6)

sem nome (H, 0,7)

7

36. Adopoi (Maloqueiro) (H, 20)
 Cantir (M, 20)
 sem nome (M, 0,2) moram na cozinha de 35. e 36.:
 Ganepô (M, 60)
 Tsambi-ar (M, 8) 5
37. Pecaô (H, 50)
 Mandin (M, 40)
 Adoabã (H, 13)
 Tuna (H, 8)
 Câp (M, 4) 5
38. Indircalãe (Mazaropi) (H, 50)
 Goliãp (M, 40) (defeito no pé)
 Apolap (H, 17) 3
39. Apetir (Xarope) (H, 30)
 Tibuanzâp (M, 26)
 Ga-ir (H, 12)
 Tchigarboicâp (H, 10)
 Patsalâp (M, 5)
 Calin-wira (M, 0,4) 6
40. Iti (Caroço) (H, 50)
 Tchinepopíp (M, 40)
 Pandatina (M, 12)
 Tchibalin (M, 10) 4
41. Betabíp (Gazolina) (H, 25)
 Atír (M, 20)
 Sandra (M, 2)
 sem nome (M, 0,6) 4

42. <u>Pabiabá</u> (Zé Pimbinha) (H, 65)	
Tawoloá (M, 50)	
Zapin (H, 18)	3
43. <u>Tandarô</u> (Gongo) (H, 85) (único ainda bígamo)	
Zabetin (M, 80)	
Canhã (M, 60) (única casa com chão de terra)	
Ipagawiwa (M, 12)	4
44. <u>Tíbi</u> (Jaboti) (H, 35)	
Godili (M, 35)	(o casal perdeu uma filha de 3 a-
Iwawabá (H, 13)	nos em junho de 1987)
Ipé (H, 7)	
Tapatchi (H, 10)	
sem nome (H, 0,5)	
Tibuia (M, 80)	
TOTAL DE HABITANTES	211
Habitam casas	193
Habitam Malocas	8
Nascituros	7

Relação tomada no dia 20 de julho de 1987